

A PRESENÇA BRASILEIRA EM MOÇAMBIQUE: PERCALÇOS E DESCONTINUIDADES DA COOPERAÇÃO SUL-SUL

Jéssica da Silva Höring¹

Resenha de: ROSSI, Amanda. *Moçambique, o Brasil é aqui*: uma investigação sobre os negócios brasileiros na África. Rio de Janeiro: Record, 2015.

Publicado em agosto de 2015, *Moçambique, o Brasil é aqui*, de autoria da jornalista Amanda Rossi, constitui importante leitura para os estudiosos das estratégias de expansão econômica brasileira em outras partes do mundo. Com uma narrativa jornalística bastante acessível e até mesmo poética, Rossi trabalha uma série de questões que tocam não só as relações do Brasil com Moçambique, foco do livro, mas também as relações do Brasil com outros países africanos. O fio condutor de sua obra é a desconstrução de uma visão angelical da ida do Brasil à África, cujas expectativas de ajuda ao país foram, paulatinamente, substituídas pelos impactos dos interesses econômicos brasileiros para o negócio local. Alguns eventos são centrais para a construção da narrativa, em especial os protestos contra a mineradora Vale do Rio Doce, em Moatize, e as demandas dos agricultores do Corredor de Nacala, em relação aos prováveis impactos sociais do ProSAVANA.

Com o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff e a crise de legitimidade que se instalou sobre o Partido dos Trabalhadores (PT), tudo indica um novo esfriamento nas relações entre Brasil e África. Em seu discurso de posse, o Chanceler José Serra destacou que a política externa brasileira voltará a se concentrar nos parceiros tradicionais, especialmente Europa e Estados Unidos. Embora tenha afirmado que buscará fortalecer os acordos com países africanos, solicitou um estudo de custo das embaixadas brasileiras na África e Caribe abertas durante os últimos anos, a fim de avaliar a possibilidade de encerramento de algumas delas – no governo Lula foram abertos vinte dos trinta e nove postos diplomáticos brasileiros existentes na África. O problema em torno disso não é apenas a interrupção de um amplo projeto de inserção internacional do Brasil, mas um retrocesso em termos de construção de confiança e credibilidade junto ao continente africano, relação esta que é historicamente marcada pelas descontinuidades que têm caracterizado o conteúdo da política externa brasileira para a África a cada novo governo.

A conjuntura na qual Amanda Rossi escreveu o livro também não era das mais favoráveis ao Brasil. A jornalista, que visitou Moçambique pela primeira vez, em 2010, deparou-se com um contexto de forte crítica local ao Brasil, em 2013. As primeiras oposições à presença governamental brasileira, por conta do ProSAVANA, e à presença privada brasileira, em razão das atividades da Vale, em Moatize, revelavam as contradições de um país que urgia por um desenvolvimento que, como bem pontuou Rossi, “se tornou vizinho

¹ Mestranda em Sociologia da Universidade de São Paulo e bacharela em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: jessica.horing@hotmail.com.

sem se apresentar” (p. 48). O ato de deixar a mochila no carro, por conter um emblema da bandeira do Brasil, no momento em que participava da negociação entre os oleiros e a Vale, em abril de 2013, evidenciou uma nova tônica na relação com Moçambique: para os moçambicanos, o Brasil passara de povo amigo à primo rico, e caía a máscara da ajuda desinteressada.

Estruturado em vinte e um capítulos, o livro parte de uma contextualização mais ou menos conjuntural da presença brasileira em Moçambique, inserida em uma trajetória de aproximação que vem se construindo, com “avanços e recuos”, como diria Gerson Moura, desde o governo Jânio Quadros. Após o enquadramento histórico, Rossi avalia o negócio de exploração do carvão pela Vale e o projeto de construção do Corredor de Nacala. Rossi, então, estabelece um diálogo entre as diferentes estratégias de cooperação na África, evidenciando os projetos de cooperação sul-sul do governo brasileiro, que se alicerçam em um movimento de maior protagonismo internacional do Brasil, o qual integra um projeto de remodelamento do Sistema Internacional a partir da defesa da reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Posteriormente, a autora trabalha quase que exclusivamente com o ProSAVANA e os projetos de desenvolvimento do Corredor de Nacala em pelo menos quatro capítulos do livro, avaliando não só os projeto em si e seus impactos sociais, mas a receptividade que vem tendo entre a população local. Por fim, a autora dá o tom de fechamento do livro com o diagnóstico dos problemas políticos e sociais moçambicanos, encerrando com um capítulo de avaliação da política do governo Dilma Rousseff para a África e as dúvidas em torno do futuro da ponte Brasil-Moçambique.

O primeiro capítulo do livro, “O Brasil é aqui”, é um panorama geral das bases e contradições da presença brasileira em Moçambique, cujo centro gravitacional é a Vale. A exploração de carvão pela mineradora é o maior empreendimento brasileiro na África não só pelo volume de investimento, mas porque sua presença atraiu outras empresas brasileiras

de grande porte, especialmente as empreiteiras Odebrecht, Camargo Correa e OAS, que, finalizadas as obras demandadas pela Vale, permaneceram em Moçambique com novos negócios. O Corredor de Nacala, por exemplo, região que deve ser cortada por uma ferrovia para escoar o carvão de Moatize para o mar, tem importante potencial agrícola, abrigando a FGV Agro e a primeira fazenda de soja com capital brasileiro, espaço onde o governo brasileiro desenvolve as atividades do ProSAVANA, projetos que caracterizam o norte de Moçambique como um pequeno Brasil. Essa presença é essencialmente privada, embora quase sempre com o apoio institucional e financeiro do governo brasileiro.

“Lula da Silva, o africano”, é um capítulo dedicado à análise do papel desempenhado pelo ex-presidente Lula para a retomada e expansão das relações entre Brasil e África, depois de vinte anos de esfriamento. Concebido como personagem principal desse processo, ao ascender à Presidência, Lula deu início a sua política externa africana ao lado do Chanceler Celso Amorim¹, com base na política de parceria para uma cooperação mais igualitária, alicerçada na ideia de cooperação sul-sul. O governo petista se lançou à África com um discurso de ajuda desinteressada para pagar a dívida da escravidão através de projetos de assistência técnica em áreas primordiais, como educação, saúde e agricultura. Entretanto, o principal instrumento de aproximação com a África acabou concentrando-se na internacionalização das empresas brasileiras.

Nos capítulos terceiro e quarto, “A chegada à África” e “Auge e derrocada”, respectivamente, é feito um balanço histórico das relações entre o Brasil e o continente africano. As tentativas de aproximação com a África começaram nos anos 1960 com a formulação

¹ Celso Amorim, que fora Chanceler durante o governo Itamar Franco, havia sido indicado para retornar ao posto em 2002 por José Aparecido de Oliveira. Um dos responsáveis pela estruturação da Política Externa Independente, e idealizador de uma comunidade dos países de língua oficial portuguesa, que deu origem à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Novamente à frente do Itamaraty, Amorim exerceu papel essencial para a projeção das bases de uma política africana durante o Governo Lula da Silva.

dos eixos da Política Externa Independente (PEI) no governo Jânio Quadros. Somente no governo do General Emílio Médici houve um esforço concreto de aproximação com a África, ocasião em que foi realizada a mais longa missão ministerial do Brasil ao continente, chefiada pelo Chanceler Mário Gibson Barboza. A África também se tornou importante eixo da política externa do governo Geisel que, assim como Médici, viu no continente as possibilidades de fornecimento de petróleo, mercado para os produtos industrializados brasileiros e fortalecimento da posição do Brasil no Sistema Internacional.

Geisel abriu linhas de crédito no Banco do Brasil para Moçambique importar produtos da indústria brasileira. Os efeitos das linhas de crédito e os impactos na balança comercial foram notados no Governo Figueiredo, ocasião em que as construtoras brasileiras se dirigiram ao continente e quando também iniciaram as negociações para a exploração do carvão. O início da década de 1980 marcou o auge e a queda das relações entre Brasil e Moçambique, que incapacitado de pagar os empréstimos do Brasil, débito que já somava quase 200 milhões de dólares, levou à interrupção de novos créditos brasileiros. No governo Sarney os contatos não avançaram além da estruturação da conta-petróleo com Angola, e, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, as linhas da política externa foram bastante semelhantes àquelas implementadas por Collor, com aumento das relações com os EUA e outras economias desenvolvidas.

Depois de feito o balanço histórico, no quinto capítulo, “O carvão é verde e amarelo”, a autora investiga o papel do governo brasileiro para a vitória da Vale na exploração do carvão de Moatize, anunciada em novembro de 2004. Fazendo análise de correspondências entre o Itamaraty e a embaixada brasileira em Moçambique, entre 2003 e 2009, fica evidente o apoio do governo, através da inserção do BNDES nas negociações, da mediação do ex-Presidente Lula e da Embaixadora Leda Lúcia Carvalho, e, em especial, da assinatura do perdão da dívida que Moçambique tinha com o Brasil, no

valor de 315 milhões de dólares, anunciado em 2000 e formalizado em agosto de 2004, no auge das discussões sobre a concorrência da Vale.

O interesse da mineradora de integrar a exploração do carvão com a logística de escoamento, isto é, explorar a mina, a ferrovia e o porto, ideia lançada em 1989, em referência ao minério de ferro de Carajás, no estado do Pará, integra o projeto de desenvolvimento do Corredor de Desenvolvimento de Nacala, objeto do capítulo sexto, “Vale, a locomotiva brasileira”. O Corredor funcionará como eixo logístico para o escoamento de carvão, incluindo uma ferrovia de 912 quilômetros e um porto, ao custo de 4,4 bilhões de dólares, uma alternativa à Ferrovia de Sena, até então única opção para a retirada do carvão de Moatize. A Vale também espera que a ferrovia seja utilizada pelo Malawi e a Zâmbia, tornando-se importante ponto na África Austral.

A Vale tem recebido muitas críticas por conta dos impactos sociais de seus projetos, tema que é tratado no sétimo capítulo, “Os reassentados”. O processo de reassentamento, em Moatize, começou ainda em 2007, quando foi assinado o contrato. As 1365 famílias foram divididas em dois reassentamentos, um urbano e um reassentamento rural, enquanto outras cerca de 300 famílias receberam indenização em dinheiro. Em 10 de janeiro de 2012 a população protestou contra a qualidade das casas do Cateme, protesto que reuniu cerca de 500 pessoas, que paralisaram a ferrovia que escoava o carvão da Vale. Posteriormente, em 16 e 17 de abril de 2013, ocorreu um segundo protesto, envolto nas demandas dos oleiros, que foram alguns dos mais prejudicados pela chegada da Vale: se antes retiravam o solo úmido para fazer o tijolo das margens do rio Rovubwe, que depois era vendido em toda a província do Tete e no Malawi, com as remoções ficaram sem as condições básicas para a realização de seu trabalho. Nas negociações, a Vale não aceitou pagar novas indenizações, mas se propôs a ajudar com a profissionalização das olarias e compra de parte dos tijolos. Contudo, em 2014 a situação parecia longe de se resolver.

No oitavo capítulo, “O perdão e as obras”, a ênfase é a atuação das empreiteiras em Moçambique. Assim como ocorreu com a Vale, o governo brasileiro apoiou os interesses privados através da concessão de crédito para o Estado moçambicano contratar empresas brasileiras. De acordo com Lula, o objetivo do perdão da dívida moçambicana foi permitir a realização de novas dívidas com o Brasil, porque todos os empréstimos que o Brasil concede são destinados a financiar as exportações brasileiras. Em 2007, o BNDES entrou no jogo, que antes contava somente com o Banco do Brasil, o que tem permitido a concessão de maiores recursos e somado positivamente para a balança brasileira.

“O amigo chinês” é dedicado a uma análise da presença chinesa na África, que se transformou no maior parceiro comercial do continente. O discurso essencial da aproximação da China com a África é a não interferência em assuntos internos, cujos interesses envolvem não só a contratação de empresas chinesas para construir obras de infraestrutura, mas, especialmente, o acesso privilegiado a matérias primas e combustível, em especial o petróleo. Apesar das críticas, a chegada da China a África estimulou o início de uma nova fase, de renascimento africano. A tônica da sua presença é bastante diferente das relações norte-sul, tema do décimo capítulo “Os doadores do norte”. Membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), composta principalmente por países europeus, EUA e Japão, e instituições multilaterais, como Banco Mundial e FMI, os doadores do norte são responsáveis por uma ajuda financeira em forma de doações, créditos pessoais e perdão de dívida, em troca do cumprimento de condições econômicas, políticas e sociais, o que ressalta a vulnerabilidade dos países receptores, como, por exemplo, Moçambique, em razão do alto grau de dependência dessas doações.

No décimo primeiro capítulo, “Brasil, o novo doador”, a autora trabalha o tema da cooperação horizontal proposta pelo Brasil. A mensagem brasileira tem sido a de uma parceria para o desenvolvimento,

baseada em quatro grandes eixos: doação de alimentos e remédios em situação de emergência (cooperação humanitária), projetos de transferência de tecnologia e conhecimento (cooperação técnica), oferta de bolsas de estudo (cooperação educacional) e perdão de dívidas. Moçambique é o principal receptor de cooperação técnica do Brasil, envolvendo instituições públicas, com destaque para a Fiocruz, a Embrapa, o SENAI e o Ministério da Educação. O Brasil passou de receptor de doações para um doador, o que é muito importante para sua inserção como *player* no Sistema Internacional. Assim como faz a China, o princípio elementar da cooperação brasileira é a não interferência em assuntos internos e não imposição de condições em troca de apoio.

Os capítulos subsequentes são destinados a uma análise mais direcionada de projetos específicos de cooperação brasileira com Moçambique. No capítulo doze, “Cooperação com jeitinho” Rossi destaca duas iniciativas brasileiras, a Universidade Aberta do Brasil (UAB) em Moçambique, que tem o maior orçamento previsto de projetos de cooperação do Brasil na África, e o ProSAVANA. Ao longo do capítulo evidenciam-se as dificuldades, reflexo da pouca atenção que o Brasil deu em criar as estruturas e regras básicas para executar iniciativas de longo prazo, principalmente quanto à aprovação dos gastos em cooperação brasileira. “A fábrica contra a AIDS”, por sua vez, é um capítulo destinado à análise do projeto de cooperação em saúde que o Brasil vem desenvolvendo em Moçambique através da Fiocruz. A fábrica de medicamentos contra a AIDS, em Moçambique – que tem uma das oito maiores taxas de incidência de HIV no mundo – é o maior projeto do Brasil no continente africano, replicando a experiência brasileira de produção de genéricos contra a AIDS. O objetivo do programa é produzir vinte e um medicamentos genéricos em plena capacidade, incluindo cinco medicamentos para tratar a AIDS, podendo ser ampliado. Sem um empurrãozinho da Vale, que doou 4,5 milhões de dólares, dificilmente teria saído do papel.

No capítulo quatorze, “O Conselho de Segurança”, trabalha-se a temática da reforma das Nações Unidas, assente na proposta de recomposição do Conselho de Segurança e da proposta de ingresso de Brasil, Índia, Japão e Alemanha, o G4, que também foi um dos motivos que levou o Brasil a se aproximar da África nos anos 2000. Embora a vaga permanente no Conselho de Segurança não tenha saído e a União Africana tenha apoiado uma proposta independente, o Brasil conseguiu duas importantes vitórias dentro da ONU, com apoio africano: a nomeação do agrônomo José Graziano da Silva para o comando da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, e a nomeação do diplomata Roberto Azevêdo para a direção da Organização Mundial do Comércio.

O capítulo quinze e dezesseis, respectivamente “Os camponeses” e “A savana vai virar cerrado” são dedicados a análise de um dos programas mais controversos do Brasil, em Moçambique: o ProSAVANA. Trata-se de um programa agrícola brasileiro e japonês no Corredor de Nacala, uma área de 14,5 milhões de hectares, onde vivem 4 milhões de pessoas. Existem dois grupos alvo, agricultores familiares e agricultores de escala comercial, que seriam instalados na região, provenientes do Brasil, inclusive. O ponto de partida é a semelhança entre o cerrado e a savana, que permitiria a replicação da experiência brasileira em Moçambique, em referência ao Programa de Cooperação Japão-Brasil para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), que nos anos 1970 forneceu apoio técnico e financeiro para que produtores se instalassem na região do cerrado.

O projeto recebeu diversas críticas de movimentos sociais brasileiros, porque, assim como ocorreu no Brasil, a tendência é a remoção das famílias locais em favor da expansão do agronegócio e da produção de grãos para exportação, principalmente soja. A União Nacional de Camponeses (UNAC), tem sido um dos principais porta vozes de crítica ao projeto. De acordo com Rossi, apesar das grandes

dúvidas em torno da estrutura do ProSAVANA, é possível dizer que se trata de três projetos diferentes, Pesquisa e Investigação, a cargo da Embrapa, Plano Diretor, a cargo da FGV Agro, e Projeto de Extensão e Modelos, a cargo da Associação Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural e o Serviço Nacional da Agricultura (SENAR). Embrapa, FGV Agro e SENAR tem vínculos com o agronegócio, ao passo que nenhuma organização brasileira voltada para a agricultura familiar faz parte do programa.

No capítulo dezessete, “A terra mais barata do mundo”, Rossi trabalha a questão fundiária moçambicana, sublinhando os motivos que atraem o ProSAVANA para o país. Em Moçambique, toda a terra pertence ao Estado, e o único custo para utilização da terra é o pagamento de impostos para obter uma concessão agrária por cinquenta anos, o chamado Direito do Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT). O imposto é cerca de $\frac{1}{4}$ mais barato que o valor que se paga no Brasil. Ademais, a terra é muito fértil e Moçambique está na metade do caminho para a China, principal compradora de grãos no mundo. No capítulo dezoito, por sua vez, “Fé nos irmãos brasileiros”, a autora trabalha com a questão local da terra. Antes de instalar qualquer empreendimento rural em Moçambique é necessário consultar a comunidade do local escolhido, que precisa dar o aval para a realização do projeto. A autora também faz uma revisão de todo o processo de remoção e indenização das famílias locais. O discurso brasileiro tem sido a defesa que a produção de uma cadeia agrícola no Corredor de Nacala irá fomentar o trabalho do pequeno e médio agricultor moçambicano, crença compartilhada por muitos agricultores moçambicanos.

A partir do capítulo dezenove, o enfoque do livro direciona-se para a caracterização dos problemas sociais de um país controverso como Moçambique. “A revolta do SMS”, capítulo mais jornalístico de todos, é uma narrativa da greve de 1º de setembro de 2010, em razão do aumento do preço do pão, da energia e da tarifa de água. A greve, que foi conclamada via SMS, serviço de telefonia mais popular em Moçambique,

foi recebida por uma polícia pouco preparada para a situação, resultando em quatorze mortos, incluindo crianças. Interessante destacar que o bloqueio do repasse dos recursos pelos doadores ocidentais, no início de 2010, teria agravado a inflação e favorecido a crise no país.

O capítulo vinte, “O feitiço das armas”, explora as dificuldades da reconciliação nacional, em Moçambique, quando, em 4 de abril de 2013, ocorreu o primeiro ataque da antiga guerrilha da RENAMO às forças do Estado, depois de vinte anos de paz. O medo do retorno da guerra deixou apreensiva a população moçambicana, que ainda guarda viva as marcas de uma Guerra que ceifou a vida de milhares de civis. Em 19 de junho de 2013 um porta-voz da RENAMO afirmou que, em vista das movimentações das forças militares do governo em direção a sua base em Satunjira, a RENAMO bloquearia as principais vias terrestres que ligam o sul ao norte do país, o que feria os interesses econômicos da região, especialmente a produção de carvão da Vale. Apesar das ameaças, as eleições municipais ocorreram com tranquilidade, e as atividades econômicas continuam a todo vapor, descaracterizando o tradicional norte moçambicano.

“O Leão e a Onça” encerra o livro pontuando as dúvidas que, talvez hoje ainda mais, inquietam a autora e o leitor em torno das futuras relações entre Brasil e Moçambique. Se durante o governo Dilma Rousseff o ritmo de inovação se reduziu, as razões não emanam somente da crise política que afundou o Brasil, mas, especialmente, porque as contradições da política africana se evidenciaram, visto que as estruturas necessárias para um relacionamento estável em longo prazo não foram criadas, a exemplo de um marco legal para a cooperação sul-sul, que corria na base do jeitinho brasileiro. Neste capítulo, a autora ainda relembra os principais projetos do Brasil em Moçambique, o que faz com que o país seja a materialização da política externa africana petista. Foi em Moçambique que o Brasil deu início a projetos de cooperação de longo prazo, nomeadamente a Fábrica de Antirretrovirais, a UAB e o ProSAVANA.

Em Moçambique se desenvolve o maior negócio brasileiro na África, a partir da exploração de carvão pela Vale, e que talvez venha a ser superado pela construção da hidrelétrica de Mphanda Nkuwa, pela Camargo Correa, também em Moçambique.

Amanda Rossi apresenta uma crítica fundamentada dos negócios brasileiros em Moçambique. Entretanto, alguns pontos abordados pela autora devem ser questionados para se evitar a simplicidade da análise de África. Em primeiro lugar, é reducionista afirmar que a guerra civil moçambicana, iniciada em 1976, foi exclusivamente uma manifestação da Guerra Fria (p. 86), uma interpretação também replicada nas análises da guerra civil em Angola. Apesar de os principais atores do contexto internacional e regional terem explorado as divisões na guerra, é necessária uma leitura mais atenta dos fatos, que sugerem uma grande habilidade do regime racista sul-africano em impor seu *lobby* sobre o comércio com os países industrializados, uma vez que a África do Sul era, então, até meados de 1980, responsável por cerca de sessenta por cento da exploração mundial de ouro, além de ter um parque industrial avançado, mesmo para os padrões europeus ocidentais. Também nada se fala sobre o Exercício ALCORA, que era a principal expressão da geoestratégia sul-africana de dominação da África Austral, se bem que este é uma descoberta muito recente no meio acadêmico.

A autora também poderia ter evitado outro lugar-comum, que foi valorizar uma entrevista com o escritor Mia Couto, cuja opinião, longe de ser desmerecida, poderia ter sido substituída pela análise de algum interlocutor mais direto com a causa, tornando mais verossímil toda a proposta do livro de dialogar com a sociedade civil e a ala mais crítica da presença brasileira em Moçambique.

Com uma narrativa também menos acadêmica, a ideia de cooperação sul-sul é menos privilegiada, se compararmos a obra com outros trabalhos de mesma temática. Ao afirmar que os valores gastos pelo governo brasileiro na cooperação sul-sul foram

baixos, de acordo com o montante gasto com doações e cooperação técnica (p. 54), fica o questionamento a respeito do conteúdo da própria cooperação sul-sul. Muito se discute acerca do tema, tendo em vista que a proposta de cooperação entre o “Sul global” surgiu durante a Guerra Fria, com o fim de fomentar a solidariedade entre parceiros iguais, ao passo que, na atualidade, o discurso da cooperação sul-sul envolve uma tônica mais próxima ao fomento do desenvolvimento. Defensores dos negócios brasileiros na África afirmam que a presença brasileira é mais horizontal que a presença de empresas ocidentais, e que essa preferência deve ser enquadrada dentro de uma visão de cooperação sul-sul, ainda mais no caso da cooperação brasileira que, não raro, envolve atores públicos e privados.

A cooperação sul-sul surgiu como uma ideia assente na defesa da união dos países do sul, países emergentes e em desenvolvimento, para que se fortalecessem em relação aos países desenvolvidos do norte. A lógica da cooperação sul-sul foi reconhecida durante a Conferência de Bandung, em 1955, centrada nos países afro-asiáticos, cuja declaração expressou a necessidade de intercâmbio horizontal, assistência técnica e caminhos alternativos para uma inserção independente desses países no Sistema Internacional da Guerra Fria, com base nos princípios de autonomia, autossuficiência, independência e não intervenção em assuntos internos. Após a conferência de Bandung, os países latino-americanos foram inseridos nesse debate e a agenda temática da cooperação sul-sul foi ampliada, passando a incluir a questão do desenvolvimento econômico e das assimetrias nas trocas comerciais internacionais.

A criação da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento e do G-77, na década de 1960, deram um novo ímpeto à cooperação sul-sul, com a institucionalização da cooperação técnica e da cooperação econômica entre países em desenvolvimento. Outro evento importante para a promoção da cooperação sul-sul foi a Conferência das Nações Unidas sobre Cooperação Técnica entre

Países em Desenvolvimento, realizada em Buenos Aires, em 1978, onde se adotou o Plano de Ação de Buenos Aires, reafirmando os princípios de Bandung e consagrando um novo conceito de cooperação técnica, baseado na horizontalidade entre países em desenvolvimento. Nos anos 1980 e 1990 houve um cenário desfavorável para a cooperação sul-sul, com um novo reordenamento do poder mundial e aplicação de medidas de ajuste estrutural pelo Banco Mundial e FMI nos países em desenvolvimento.

Paulatinamente, a dimensão política da cooperação sul-sul foi perdendo força para as questões econômicas e técnicas. O caráter mais revisionista de defesa de reformas políticas no Sistema Internacional foi sendo adequado para um quadro mais amplo e econômico de defesa do desenvolvimento. Nesse movimento, destaca-se o Quarto Fórum de Alto Nível sobre Efetividade da Ajuda, realizado em Busan, na Coreia do Sul, em dezembro de 2011, ocasião em que se reconheceu a cooperação sul-sul como uma modalidade de cooperação internacional para o desenvolvimento. De modo geral, a cooperação sul-sul tem sido concebida como o compartilhamento horizontal de uma série de práticas e estratégias de cunho desenvolvimentista entre países emergentes e em desenvolvimento. Os projetos de assistência técnica do Brasil, em Moçambique, por exemplo, enquadram-se nessa tônica de replicar modelos de sucesso no Brasil em outras realidades.

Amanda Rossi coloca uma interessante questão no final do livro, em relação ao que aconteceria com as relações Brasil-África caso o Partido dos Trabalhadores saísse do poder. Embora ainda seja cedo para conclusões, o direcionamento da política externa do Governo Michel Temer parece apontar para uma valorização de parceiros tradicionais, em consonância com a priorização dos interesses privados, e o desmonte de uma série de direitos sociais e trabalhistas. É possível que a presença brasileira em Moçambique perca o tom governamental baseado na cooperação sul-sul e seja reforçada sua ênfase privada, de acordo com o projeto de privatizações

que o governo vem defendendo para o país. Para as empresas, basta reposicionar seus interesses e manter a tônica discursiva do “Sul global” para reduzir os impactos da sua presença traz ao país.

Moçambique, o Brasil é aqui, publicado pela Editora Record, é uma obra que faz jus ao espaço granjeado por uma editora de tão expressivo alcance no cenário editorial nacional, o que também revela o reconhecimento deste importante tema para a política externa brasileira pela editora. Além de fornecer uma boa visualização gráfica, o livro apresenta um excelente mapa de Moçambique e uma lista inicial contendo as empresas e instituições brasileiras presentes no país, o que facilita a sumarização das informações apresentadas. A obra também possui apêndices valiosos, contendo a entrevista realizada pela autora com o ex-Presidente Lula da Silva. No entanto, a entrevista com o escritor e biólogo Mia Couto poderia bem ter sido substituída por diálogos com militantes políticos e ambientalistas locais, seguindo o objetivo da própria escritora em desvendar as duas faces da política brasileira para a África. Estes outros moçambicanos, menos conhecidos do grande público, a propósito, não estão indiferentes também a este lado do mundo, e têm acompanhado com atenção, e *in loco*, o avanço do agronegócio inclusive na assim chamada “última fronteira agrícola do Brasil”, no “Mapitoba”, acrônimo com as siglas dos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia. Seria pertinente também vislumbrar o reverso da medalha, qual seja, as reações que resultam em um “Brasil, Moçambique é aqui”.